



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 095/2025

Institui diretrizes para a Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+, no Município de Diadema, e dá outras providências.

O Vereador Geraldo Antônio da Silva (Gel Antônio), no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere o artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Diadema, combinado com artigo 170 do Regimento Interno, vem apresentar, para apreciação e votação Plenária, o seguinte PROJETO DE LEI:

Art. 1º. Ficam instituídas, no âmbito do Município de Diadema, diretrizes para a Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+, com a finalidade de assegurar, ampliar e garantir os direitos humanos, a cidadania plena, a inclusão social e a igualdade de oportunidades para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e demais pessoas que compõem a diversidade sexual e de gênero.

Art. 2º. A Política Municipal orienta-se pelos seguintes princípios:

- I - a dignidade da pessoa humana, conforme previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal;
- II - a igualdade de direitos e a não discriminação, em consonância com o art. 5º da Constituição Federal;
- III - o respeito à diversidade sexual e de gênero;
- IV - a promoção da saúde integral, em observância à Política Nacional de Saúde Integral LGBT;
- V - a valorização da educação para cidadania e direitos humanos, conforme a Lei nº 9.394/1996 (LDB);
- VI - a participação social, em diálogo com a sociedade civil organizada;
- VII - a transversalidade das políticas públicas, de forma integrada entre os órgãos municipais.

Art. 3º. São objetivos da Política Municipal:

- I - combater todas as formas de discriminação, violência e violações de direitos contra a população LGBTQIAPN+;
- II - promover ações de educação, cultura, trabalho, saúde, esporte e lazer que valorizem a diversidade;
- III - garantir o atendimento humanizado e respeitoso nos serviços públicos, incluindo o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da Administração Pública do Município;
- IV - fomentar campanhas de sensibilização e conscientização contra o preconceito,



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos;
V - estimular a criação de programas e projetos de geração de emprego e renda para a população LGBTQIAPN+;
VI - fomentar a promoção de ações de formação continuada de servidoras e servidores públicos municipais em temas relacionados à diversidade sexual e de gênero;
VII - apoiar a criação e manutenção de centros de referência e acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+, de forma articulada com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 16 de setembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
GERALDO ANTONIO DA SILVA
CPF: ***.833.358-**
Data: 07/10/2025 14:16:19 -03:00



Ver. GERALDO ANTÔNIO DA SILVA
(GEL ANTÔNIO)



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+, assegurando cidadania plena, inclusão social e igualdade de oportunidades.

A Constituição Federal de 1988 consagrou em seus artigos 1º, 3º e 5º os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proibição de discriminação. O Supremo Tribunal Federal, em importantes julgados, reconheceu direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+, tais como:

- ADI 4277 e ADPF 132 (2011): reconhecimento da união estável homoafetiva;
- ADO 26 e MI 4733 (2019): enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo;
- ADIs 4.275 e 4.858 (2018): direito à alteração de prenome e gênero no registro civil independentemente de cirurgia ou decisão judicial.

No âmbito federal, destacam-se:

- Decreto nº 8.727/2016: dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da Administração Pública;
- Portaria MS nº 2.836/2011: institui a Política Nacional de Saúde Integral LGBT;
- Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009): que serviu de referência para políticas públicas em todo o País.

Defensores de direitos humanos e da diversidade ressaltam que a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta elevados índices de violência, exclusão e preconceito, sendo essencial a atuação do Poder Público Municipal na criação de mecanismos de proteção, acolhimento e promoção da igualdade.

Este Projeto visa transformar Diadema em referência no respeito à diversidade sexual e de gênero, fortalecendo políticas públicas que garantam o direito à vida, à liberdade, à saúde, ao trabalho e à dignidade

Assim, solicito aos Nobres Pares a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço civilizatório e reafirma o compromisso do Município com os direitos humanos e com a promoção de uma sociedade justa, solidária e inclusiva.

Diadema, 16 de setembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
GERALDO ANTONIO DA SILVA
CPF: ***.833.358-**
Data: 07/10/2025 13:27:26 -03:00



Ver. GERALDO ANTÔNIO DA SILVA
(GEL ANTÔNIO)



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: VZ7XD-UX37J-LTL6V-3VVNY

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GERALDO ANTONIO DA SILVA (CPF ***.833.358-**) em 07/10/2025 13:27
- ✓ GERALDO ANTONIO DA SILVA (CPF ***.833.358-**) em 07/10/2025 14:16

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate/VZ7XD-UX37J-LTL6V-3VVNY>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate>